



DEMONSTRAÇÕES **2014**
CONTÁBEIS



BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O

	NE	Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
		2 0 1 4	2 0 1 3 Reapresentado
Circulante		26.116	16.744
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	7.1	2.028	1.055
Consumidores	7.3	11.854	8.559
Impostos a Compensar	7.2	857	1.183
Créditos a Receber	7.4/7.5	6.456	1.809
Estoques	7.6	2.465	2.259
Serviços em Curso	7.7	1.124	915
Ativos Regulatórios	7.8	925	163
Despesas Antecipadas	7.9	407	801
Não Circulante		83.315	79.132
Aplicações Financeiras	7.10	233	188
Depósitos Vinculados a Litígios	7.11	104	76
Impostos a Compensar	7.3	744	1.288
Ativo Financeiro	7.13	43.245	16.215
Ativo Regulatório	7.15.5	6.361	2.498
Despesas Antecipadas	7.9	729	15
		51.416	20.280
Investimentos	7.12	38	130
Intangíveis - em Serviço.....	7.13	28.915	32.241
Intangíveis – em Curso.....		2.946	26.481
		31.899	58.852
TOTAL DO ATIVO		109.431	95.876

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO

		Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
<u>NE</u>	<u>2 0 1 4</u>	<u>2 0 1 3</u>	<u>Reapresentado</u>
Circulante		32.569	25.226
Fornecedores	7.14.1	14.995	7.150
Folha de Pagamento		112	91
Encargos de Dívidas		144	0
Tributos e Contribuições Sociais	7.14.2	3.780	4.550
Distribuição de Lucros		36	38
Empréstimos e Financiamentos	7.15.2	3.989	3.115
Obrigações Estimadas	7.14.3	884	715
Taxas Regulamentares	7.14.4	4.331	3.581
Outras Obrigações	7.14.5	4.298	5.986
Não Circulante		41.927	37.739
Fornecedores	7.15.1	325	2.469
Empréstimos e Financiamentos	7.15.2	23.190	24.506
Tributos e Contribuições Sociais	7.15.3	5.746	7.319
Outras Obrigações	7.15.4	5.465	247
Passivo Regulatório	7.15.5	6.361	2.498
Provisões Passivas	7.15.6	840	700
Patrimônio Líquido		34.935	32.911
Capital Realizado Atualizado	7.16.1	8.300	8.300
Reservas de Capital	7.16.2	22	468
Ajuste de Avaliação Patrimonial	7.16.3	30.146	30.494
Reservas de Lucros	7.16.4	0	111
Prejuízo Acumulado	7.17	- 3.533	- 6.462
TOTAL DO PASSIVO		109.431	95.876

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

		Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
<u>NE</u>		2 0 1 4	2 0 1 3 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL		94.861	90.259
Fornecimento de Energia Elétrica	7.19	77.476	65.063
Subsídios Tarifários		4.231	3.511
Receitas de Compensação Tarifária		974	- 871
Receita de Constr. de Infraestrutura Concessão.....		7.880	21.081
Outras Receitas	7.21	4.300	1.475
Deduções da Receita Operacional		25.549	21.324
Taxas Regulamentares	7.20.2	1.359	1.039
Icms	7.20.1	16.828	14.116
Cofins/Pasep/Iss	7.20.1	7.362	6.169
Receita Operacional Líquida		69.312	68.935
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA ...		55.231	60.487
Custo com Energia Elétrica	7.22	37.386	30.560
Custo de Construção de Infraestrutura Concessão		7.880	21.081
Custo de Operação		9.965	8.846
Pessoal		6.577	6.320
Material		481	394
Serviço de Terceiro		585	594
Depreciação / Amortização		1.701	1.188
Outras Despesas		621	350
Lucro Operacional Bruto		14.081	8.448
DESPESAS OPERACIONAIS		7.304	6.602
Despesas com Vendas	7.23.2.1	1.809	2.086
Despesas Gerais e Administrativas	7.23.2.2	5.495	4.516
Resultado do Serviço		6.777	1.846
Resultando Financeiro	7.24/7.25	- 4.412	- 4.574
Resultado Operacional		2.365	- 2.728
LUCRO/PREJUÍZO ANTES CONTR.SOC. e I. RENDA ..		2.365	- 2.728
Provisão para Contribuição Social		0	0
Provisão para Imposto de Renda		0	0
LUCRO/PREJUÍZO LÍQ. ANTES REV.JUROS S/CP ..		2.365	- 2.728
Reversão Juros sobre o Capital Próprio		0	0
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO		2.365	- 2.728
Lucro/Prejuízo p/Ação do Capital Social (R\$)		1,55	- 1,79

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.14 e 31.12.13

Legislação Societária

	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONI AL	RESERVA DE LUCROS	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.12 (R\$)	8.300	0	17.152	161	(4.397)	21.216
Distr. Lucros à Disp.AGO	-	-	-	-	-	-
Constituição Reservas	-	468	13.342	(50)	663	14.423
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(2.728)	(2.728)
SALDOS EM 31.12.13 (R\$)	8.300	468	30.494	111	(6.462)	32.911
Distr. Lucros à Disp.AGO	-	-	-	-	-	-
Const/Ajustes de Reservas	-	(446)	(348)	(111)	564	(341)
Lucro do Exercício	-	-	-	-	2.365	2.365
SALDOS EM 31.12.14 (R\$)	8.300	22	30.146	0	(3.533)	34.935

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2 0 1 4	2 0 1 3
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:		
Receitas de Venda de Energia Elétrica	86.981	69.178
Receita de Construção de Infraestrutura	7.880	21.081
Provisão p/Crédito Liquidação Duvidosa	172	- 455
	95.033	89.804
(-) INSUMOS		
Custo da Energia Comprada	37.386	30.560
Custo de Construção de Infraestrutura	7.880	21.081
Materiais	635	573
Serviço de Terceiros	2.015	2.011
Encargos Setorial	1.359	1.039
Outros Encargos	2.219	788
	51.494	56.052
VALOR ADICIONADO BRUTO	43.539	33.752
Quotas de Depreciação	1.962	1.439
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	41.577	32.313
Receitas Financeiras	1.709	784
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	43.286	33.097
<u>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</u>		
<i>Empregados e Administração:</i>		
Remuneração do Trabalho	5.354	5.098
Encargos Sociais (exceto Inss).....	487	762
Benefícios	1.859	1.869
Provisões	1.517	1.330
Indenizações Trabalhistas	0	8
Custos Imobilizados.....	- 471	- 642
	8.746	8.425
<i>Governos:</i>		
Icms	16.828	14.116
Pis/Cofins	7.362	6.169
Inss	1.756	1.642
Imposto Renda e Contribuição social	0	0
Outros	54	58
	26.000	21.985
<i>Financiadores:</i>		
Despesas Financeiras.....	6.121	5.358
Aluguéis	54	57
	6.175	5.415
<i>Acionistas:</i>		
Remuneração do Capital Próprio.....	0	0
Lucros Retidos/Prejuízo	2.365	- 2.728
	2.365	- 2.728
VALOR DISTRIBUIDO	43.286	33.097

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2014	2013
Atividades Operacionais:		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	2.365	-2.728
Despesas/receitas que não afetam o caixa:		
Depreciação/Amortização	1.962	1.439
Baixas Ativo Intangível	350	201
Provisão p/Créditos Liquidação Duvidosa	172	- 253
	2.484	1.387
Geração bruta de caixa	4.849	-1.341
Consumidores	3.120	- 816
Impostos a Compensar	- 326	422
Estoque	205	- 1.898
Despesas Antecipadas	368	- 1.233
Serviços em Curso	210	110
Ativo não Circulante	243	653
Créditos a Receber e Outros	4.650	115
	8.470	- 2.647
Fornecedores	5.701	-14.056
Folha de Pagamento	21	- 9
Tributos e Contribuições Sociais	-2.342	6.672
Taxas Regulamentares	750	356
Demais Passivos	3.837	3.499
	7.967	- 3.538
Geração operacional de caixa	5.352	- 450
Atividades de investimentos e financiamentos		
Investimentos no ativo permanente	3.161	6.671
Contribuição e doação do consumidor	1.518	318
Empréstimos e Financiamentos	- 298	-7.078
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	- 2	-3
	4.379	- 92
Geração líquida de caixa	973	- 542
Saldo das disponibilidades		
No início do período	1.055	1.597
No fim do período	2.028	1.055
Aumento (redução) nas disponibilidades	973	- 542

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

1. Contexto Operacional:

A Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho/RS, é uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia, sendo tais atividades regulamentada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Atualmente a empresa desenvolve as atividades de geração e distribuição de energia elétrica: Na área de geração a empresa possui 02 PCH com potência instalada de 3.100 kW, gerando em torno de 15% da demanda. Na área de distribuição a empresa atende sete municípios com 35.711 consumidores na sua área de concessão, localizados na região norte do estado do Rio Grande do Sul, tendo sua sede na cidade de Carazinho.

2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, os custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustados pelo Fator X.

3. Apresentação:

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e em particular os padronizados pelo “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica” e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade, às Obrigações Especiais vinculadas a Concessão estão sendo apresentadas como redutora do ativo imobilizado.

A Concessionária adotou as normas, pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em todos os períodos apresentados. Os efeitos da adoção das IFRS estão apresentados em notas explicativas.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho 4786 de 11/12/14 da SFF/ANELL.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC – Estrutura Conceitual): As concessionárias devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com esse pronunciamento, que, dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Concessionária reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios, não são, de acordo com esses pronunciamentos, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem a definição de ativos e/ou passivos.

Contratos de Concessão (CPC 01 e OCPC 05)

Essa interpretação prevê que a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo Imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com os modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são os modelos de Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e modelo Bifurcado.

Na geração e na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo “bifurcado” em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: pelo poder concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do

contrato de concessão; e pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

4. Práticas Contábeis Específicas do Setor:

4.1 - CVA - Compensação de Variação dos Itens da Parcela – A - Ativos e Passivos Regulatórios. São despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente e não inclusas na tarifa e respectivos encargos. São apropriados ao resultado à medida em que a receita correspondente for faturada aos consumidores, conforme determina a Portaria 296 de 25/10/01 e resoluções complementares da Aneel.

4.2 - Imobilizado - está registrado ao custo de aquisição, ou construção corrigido monetariamente até 31/12/95. A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme determina a Portaria Aneel 367/09 de acordo com as taxas definidas pelas Resoluções 457/09 e 474/11 da Aneel.

Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo.

4.3 - Obrigações especiais vinculadas à concessão - são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

5 - Práticas Contábeis Gerais:

5.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5.2 - Consumidores, Contas a receber de clientes e outros - estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

5.3 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - é constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

5.4 - Estoques - estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

5.5 - Receitas de fornecimento de energia elétrica - são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

5.6 - Fornecimento de energia elétrica não faturado - até 31-12-14 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores.

5.7 - Receita e Custo de Construção – O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão).

A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a “zero”, considerando que:

- A atividade-fim da Concessionária é a distribuição de energia elétrica;
- Toda a receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas no Ativo Intangível em curso é transferida para o resultado, como receita e custo de construção.

5.8 - Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE - São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.

5.9 - A provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais; 13º Salário e 1/3 sobre Férias estão apresentados na conta "Obrigações Estimadas" no Passivo Circulante.

5.10 - Ativo Financeiro – Indenizável (concessão) – refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da companhia. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

5.11 - Ativos Intangíveis - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequentemente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo da concessão. Estão em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (contratos de Concessão) e OCPC 05 (contratos de Concessão). Os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

5.12 - Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social - é calculada conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais.

5.13 - Despesas pagas antecipadamente - são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas.

5.14 - Aplicações Financeiras - estão demonstradas ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

5.15 - Pis/Cofins – A tributação nas receitas, é pela não cumulatividade, estando sujeitas as alíquotas de 1,65% e 7,60%.

5.16 – Ajuste de Avaliação Patrimonial - é revertida para lucros acumulados pela realização da depreciação e baixas do ativo imobilizado.

A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançados na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBC T 19.10, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

5.17 - Dividendos - A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos.

5.18 - Provisões - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

5.19 - Demais direitos e obrigações - Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

5.20 - Questões ambientais - A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. As demandas correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

6. - Concessão:

Contratos de Concessão assinados com o órgão do poder concedente ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica :

Data Assinatura	Contrato nº	Tipo Concessão	Vencimento
18/10/2000	084/2000	Distribuição	07/07/2015
27/12/2000	108/2000	Geração	17/01/2023

A lei 9.074/95 não prevê a renovação das concessões cujos contratos já foram prorrogados. Até o momento estão indefinidas as mudanças das regras para a renovação das concessões atuais.

Os contratos de concessão tem prazo de vigência de vinte (20) anos, podendo ser renovados por um período de mais vinte anos, desde que solicitados pela Concessionária até 36 meses antes do vencimento do contrato. Os contratos de concessão conferem ampla liberdade na direção dos negócios, investimentos, pessoal e tecnologia.

Os contratos contem cláusulas específicas que garantem o direito á indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço, no final da concessão.

A Companhia solicitou a prorrogação do respectivo contrato de concessão, nas mesmas condições atuais, resguardando seu direito de rever este pedido caso haja alteração nas condições contratuais vigentes, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Até a data da aprovação destas Demonstrações Financeiras os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração.

7. - Sumário das principais práticas contábeis:

7.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Disponíveis	2014	2013
Caixa e depósitos bancários a vista	1.965	318
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	2	653
Numerário em Trânsito	61	84
Total	2.028	1.055

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

Numerário em transitio referem-se valores da arrecadação em processo de classificação em função do float bancário.

7.2 – Impostos a Compensar

A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

Impostos	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2014	2013	2014	2013
Icms – compras ativo Imobilizado	623	581	744	1.109
Outras retenções/compensar	54	174	0	0
Pis/Pasep	2	280	0	179
Ir/Cs	178	148	0	0
Total	857	1.183	744	1.288

7.3 – Consumidores – Contas a Receber

Consumidores	Créditos a Receber			Total	
	Vincendos	Vencidas até 90 dias	Vencidas +90 dias	2014	2013
Residencial	2.069	965	308	3.342	2.565
Industrial	1.145	178	147	1.470	1.227
Comercio e Serviços	1.845	303	207	2.355	2.223
Rural	489	108	20	617	486
Poder Público	125	17	2	144	105
Iluminação Pública	161	45	-	206	168
Serviço Público	158	-	-	158	116
Serviço Taxado e Outros	73	65	49	187	165
(-) Arrecadação Proc.Clas	- 8	-	-	- 8	- 4
Enc. Cap. Emergencial	-	-	7	7	7
Renegociação/Parcelam	1.093	11	96	1.200	408
Não Faturado	2.055	-	-	2.055	1.855
Participação Financeira	913	3	21	937	229
Subtotal	10.118	1.695	857	12.670	9.560
(-) Crédito Líq. Duvidosa	-	-	- 816	- 816	- 991
Total Consumidores	10.118	1.695	41	11.854	8.569

7.4 – Créditos a Receber

São representados por diversos tipos de créditos, sendo:

Composição	2014	2013
Parcelamentos de Contas de Energia	241	362
Convênios de Arrecadação	206	206
Cheques em Cobrança	30	29
Rendas a Receber	47	38
Subvenção Residencial Baixa Renda	2.738	466
Adiantamento a Fornecedores	405	486
Adiantamento de Dividendos	0	203
Serviços a Receber	36	25
Alienação de Bens	3.000	278
Depósitos Vinculados	29	18
Outros	100	71
Soma	6.832	2.182
(-) Crédito Liquidação Duvidosa	- 376	- 373
Total	6.456	1.809

7.5 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

Composição	2014	2013
Residencial	309	304
Industrial	149	175
Comercial	201	498
Rural	14	14
Outros	143	0
Soma	816	991
Créditos a receber	376	373
Total	1.192	1.364

7.6 – Estoque

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição e destinam-se para manutenção, recuperação e construção do sistema elétrico e consumo interno.

Composição do Estoque	2014	2013
Manutenção do Sistema	164	242
Construção	1.377	1.834
Consumo Interno	168	131
Outros	756	52
Total	2.465	2.259

7.7 – Serviços em Curso

Refere-se aos custos, apurados através ODS, dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

Composição	2014	2013
Pesquisa e Desenvolvimento	644	416
Eficiência Energética	517	492
Outros	- 37	7
Total	1.124	915

7.8 – Ativos Regulatórios – Parcela A - CVA

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado na legislação e disposições da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A partir de 2014 com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

Ativos Regulatórios	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2014	2013	2014	2013
Ativos Regulatórios – em recuperação	574	130	0	0
Ativos Regulatórios – em formação	351	33	0	0
Ativos Financeiros	0	0	6.361	0
Total	925	163	6.361	0

7.9 – Despesas Antecipadas

Despesas	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2014	2013	2014	2013
Encargos de Dívidas	165	120	454	0
Despesas Revisão Tarifária	184	643	275	0
Outras	58	38	0	0
Total	407	801	729	0

7.10 – Aplicações Financeiras de Longo Prazo

O valor aplicado refere-se a Título de Capitalização, com depósitos mensais em 60 meses. O capital é atualizado pela Taxa de Remuneração Básica, aplicada a Caderneta de Poupança e os depósitos pelo IGP-M.

7.11 – Depósitos Vinculados a Litígios

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Classificação	2014	2013
Ações Cíveis	-	-
Ações Trabalhistas	104	76
Total	104	76

7.12 – Investimentos

Bens e Direitos para Uso Futuro	2014	2013
Terrenos	0	110
Edificações	0	5
Máquinas e Equipamentos	0	3
Outros	38	12
Total	38	130

7.13 – Ativo Intangível e Financeiro

7.13.1 - Pela formação/Natureza

Formação	Em milhares de Reais			
	Intangível	Ativo Financeiro	Avaliação	Total
Intangíveis	28	2.682	541	3.251
Terrenos	0	26	2.602	2.628
Reservatórios e Barragens	21	95	189	305
Edificações, Obras Cíveis e Benfeit	45	1.667	2.395	4.107
Máquinas e Equipamentos	1.187	42.248	23.459	66.894
Veículos	67	416	791	1.274
Móveis e Utensílios	6	71	169	246
Em Curso	2.946	0	-	2.946
(-) Obrigações Especiais	-2.585	-3.960	-	-6.545
Total	1.715	43.245	30.146	75.106

A agência reguladora, Aneel, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro).

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

7.13.2 - Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

Obrigações Especiais	2014	2013
Contribuição do Consumidor	6.178	4.537
Universalização Serv. Publ. E.Elétrica	132	132
Subvenções para Investimentos	951	951
Outras	337	337
(-) Depreciação	- 1.053	- 914
Total	6.545	5.043

Refere-se a contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e estão vinculados ao ativo imobilizado e a concessão. Estão apresentadas como redução do Ativo Imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do MCSPEE.

A partir de julho de 2008, a empresa passou a registrar as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da data da sua formação, tendo seus efeitos anulados no resultado contábil, conforme Despacho 3073/2006.

7.13.3 - Avaliação Patrimonial

Avaliação Patrimonial	2014			2013		
	VNR	DPRECIAÇÃO	VMU	VNR	DPRECIAÇÃO	VMU
Intangíveis	1.169	628	541	1.153	617	536
Terrenos	2.602	-	2.602	2.606	-	2.606
Reservatórios	5.978	5.789	189	5.978	5.788	190
Edificações	5.139	2.744	2.395	5.139	2.731	2.408
Maquinas e Equipamento	45.566	22.107	23.459	46.179	22.583	23.596
Veículos	2.795	2.004	791	2.786	1.953	833
Móveis e Utensílios	474	305	169	475	304	171
Totais	63.723	33.577	30.146	64.316	33.976	30.340

7.13.4 – Cálculo da Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas aplicadas são as definidas pelas Resoluções ANEEL 240/06 e 474/11 conforme a Unidade de Cadastro.

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

7.13.5 - Dos Bens Vinculados a Concessão

De acordo com os Arts. 63 e 64 do Decreto no. 41.019 de 26/02/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos, serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do poder concedente.

A desvinculação dos bens é regulamentada pela Resolução 020/99 da Aneel, que concede autorização prévia para desvincular bens inservíveis a concessão, quando destinados a alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Para efeitos de apresentação das Demonstrações Contábeis, os bens vinculados estão sendo apresentados como Ativo Imobilizado, conforme orientação no despacho Aneel 4.097 de 30/12/10, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

7.13.6 - Recuperabilidade dos Ativos

A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançado na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

Consoante ao que determina a NBC T 19.10, aprovada pela Resolução 1.110 do Conselho Federal de Contabilidade, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

De acordo com o art. 63 e 64 do Decreto 41.019/57, os bens e instalações são utilizados na produção transmissão e distribuição de energia elétrica.

7.14 – Passivo Circulante

7.14.1 Fornecedores

Fornecedores	2014	2013
Suprimento de Energia Elétrica	10.837	3.588
Encargos de Uso da Rede	96	384
Materiais, Serviços e Outros	4.062	3.178
Total	14.995	7.150

7.14.2 Tributos e Contribuições Sociais

Tributos e Contribuições Sociais	2014	2013
ICMS Faturamento	609	389
ICMS – Parcelamento	2.405	3.222
INSS	165	196
Imposto de Renda/Contr.Social	28	23
FGTS	64	56
Pis/Pasep	53	96
Pis/Pasep – Parcelamento	208	109
Cofins	243	444
Outros	5	15
Total	3.780	4.550

- Icms Parcelamento - refere-se a débitos de icms sobre o faturamento de consumo de energia elétrica:
 - Convênio 150/04 de 10 de dezembro de 2004 do Confaz e Decreto Estadual 43.755 de 20 de abril de 2005 em meses com juros de 1% ao mês e variação anual pela UPF - Unidade Padrão Fiscal/RS.
 - Em dezembro de 2013, através do "Programa em Dia 2013" referente débitos gerados e não pagos em 2013, em meses com juros de 1% ao mês e variação anual pela UPF - Unidade Padrão Fiscal/RS
- Demais tributos referem-se ao valor provisionado ou retido no mês, para recolhimento no mês seguinte, conforme o respectivo vencimento.

7.14.3 Obrigações Estimadas

Obrigações Estimadas	2014	2013
Férias	476	386
Gratificação 1/3 de Férias	158	129
Encargos Sociais	250	200
Total	884	715

- Obrigações Estimadas - refere-se a provisão de 1/12 avos sobre os salários dos empregados; de férias vencidas e/ou proporcionais, 1/3 de férias e de encargos sociais sobre as provisões.

7.14.4 Taxas Regulamentares

Taxas Regulamentares	2014	2013
Taxa de Fiscalização – ANEEL	9	7
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	73	40
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	44	44
Programa Eficiência Energética – PEE	2.876	2.366
Programa Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.329	1.124
Total	4.331	3.581

- A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

7.14.5 Outras Obrigações

Outras Obrigações	2014	2013
Seguradoras	19	14
Indenizações Trabalhistas	235	80
Passivos Regulatórios	96	365
Convênios arrecadação por conta terceiros	275	248
Multas Aneel – TAC	131	276
Efeito Financeiro Res 243/06	1.124	4.379
Provisões Passivas	2.364	615
Outras	54	9
Total	4.298	5.986

- Os convênios de arrecadação são instrumentos utilizados pela empresa para cobrança na conta do consumidor de contribuições a favor das conveniadas. O item de maior volume refere-se a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional 39/2002 destinada ao custeio do consumo e manutenção de energia elétrica da rede de iluminação pública.

- Multas Aneel – TAC - refere-se a multas regulatórias aplicadas pela Aneel pelo descumprimento de metas estabelecidas para o DEC/FEC referente aos anos de 2004 a 2009. Em 16/12/10 a empresa assinou Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, no valor de R\$729.332,04 transformando as multas em obrigações a serem aplicadas no Plano de Obras e Investimentos apresentado pela empresa.

- Passivos Regulatórios – Parcela A – CVA - incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado na legislação e disposições da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A partir de 2014 com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

- Efeito Financeiro Res. 243/06 – (Bolha Financeira) - Refere-se a aplicação do Art. 5º da Res. Normativa 243/2006 da Aneel, que por sua vez foi editado para retificar as tarifas fixadas pela REN 2006/2005, porquanto verificou-se que essa metodologia estava em desacordo com o Dec. 4541//02, que previa a possibilidade de aplicação de desconto na TUSD, mas não na tarifa de energia – TE, devendo esta corresponder ao custo médio de compra de energia da Supridora. No caso da Eletrocar esta implementação, agora, foi deferida para minimizar o impacto tarifário, sendo incluído na tarifa o correspondente a 10% do passivo, através da REH 1304 de 26/06/12 no valor de R\$1.742.168,93, o qual foi parcelado em 2014, junto a Rio Grande Energia – RGE em 24 parcelas mensais atualizadas pelo IGPM.

- Provisões Passivas – referem-se ao reconhecimento de juros, multas e atualizações sobre contratos com fornecedores, previstas em cláusulas contratuais, com pagamentos e/ou questionamentos de custos em análises.

7.15 – Compromissos à Longo Prazo

7.15.1 – Fornecedores:

Contratos assinados para execução de obra na construção de uma Linha de Transmissão – LT 69 kV TPRZ, com 42 km de extensão, 2 circuitos, 6 fases com estruturas metálicas, ligando a SE da Eletrosul em Tapera com SE Carazinho I e entrada da linha na SE e contratos de conexão e contratos de conexão.

7.15.2 - Empréstimos e Financiamentos:

Composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Taxas		Datas		31.12.14			31.12.13		
	%	Prazo	Início	Final	C/P	L/P	Total	C/P	L/P	Total
Eletrobrás (1)	5%aa + var.RGR	120 m	31/07/05	31/07/16	2	2	4	2	5	7
Eletrobrás (2)	5%aa + var.RGR	120m	10/01/07	30/12/19	2	6	8	2	7	9
Eletrobrás (3)	5%aa + var.RGR	60m	24/03/09	30/10/16	416	312	728	416	728	1.144
Eletrobrás (4)	5%aa + var.RGR	120m	09/03/12	11/05/25	545	8.799	9.344	0	9.344	9.344
Badesul	6%aa + var.TJLP	48 m	14/11/06	15/12/12	658	6.336	6.994	296	6.825	7.121
Cef	3,96%aa+ CDI	120m	22/11/11	22/02/21	526	2.719	3.245	526	3.231	3.757
Santander	3,66%aa+ CDI	48 m	31/05/11	30/05/16	385	3.206	3.591	1.509	1.960	3.469
Banrisul-Bndes	,50	36/48m	2011	2016	987	1.500	2.487	229	160	389
Ou Inst. Financ.	0,50	24/36 m	25/08/08	25/11/10	468	309	777	135	2.246	2.381
Total	////	////	////////	////////	3.989	23.189	27.178	3.115	24.506	27.621

- Os empréstimos junto a Eletrobrás⁽³⁾ foram obtidos para investimentos na expansão e melhoria do sistema elétrico da Companhia.
- Os empréstimos junto a Eletrobrás⁽⁴⁾ foi obtido para construção de uma Linha de Transmissão – LT 69 kV TPRZ, com 46 km de extensão, 2 circuitos, 6 fases com estruturas metálicas, ligando a SE da Eletrosul em Tapera com SE Carazinho I e entrada da linha na SE.
- Os empréstimos junto a Eletrobrás^{(1),(2)} foi obtido para investimentos do Projeto de Eletrificação Rural – Luz para Todos, em 120 meses com carência de 24 meses e juros de 5% a.a. taxa de administração de 2% a.a. e correção pela variação do índice da RGR.
- Os empréstimos junto ao Banrisul/Bndes foram obtidos para financiamento de aquisição de veículos /equipamentos informática, de 36 a 48 meses.
- Os empréstimos junto às Instituições Financeiras foram obtidos para financiamento de aquisição de veículos e capital de giro de curto prazo, em no máximo 36 meses.
- Os empréstimos junto a Cef e Santander foram obtidos para financiamentos de capital de giro de curto prazo.

7.15.3 – Tributos e Contribuições:

Tributos e Contribuições Sociais	Parcelas			2014	2013
	Total	Pagas	Saldo	R\$	R\$
Icms	120	116	04	0	647
Icms em Dia	60	13	36	5.260	6.470
Pis Refis da Crise	60	41	19	98	202
Pis Refis da Copa	120	05	115	388	0
Total	-	-	-	5.746	7.319

7.15.4 - Outras Obrigações

Outras Obrigações	2014	2013
Efeito Financeiro Res 243/06	5.169	0
Indenizações Trabalhistas	142	0
Multas	154	247
Total	5.465	247

- Efeito Financeiro Res 243/06 (Bolha Financeira) – refere-se a aplicação do Art. 5º da Res. Normativa 243/2006 da Aneel, que por sua vez foi editado para retificar as tarifas fixadas pela REN 2006/2005, porquanto verificou-se que essa metodologia estava em desacordo com o Dec. 4541/02, que previa a possibilidade de aplicação de desconto na TUSD, mas não na tarifa de energia – TE, devendo esta corresponder ao custo médio de compra de energia da Supridora. No caso da Eletrocar esta implementação, agora, foi deferida para minimizar o impacto tarifário, sendo incluído na tarifa o

correspondente a 30% em 2013 do passivo, através da REH 1556 de 27/06/13 no valor de R\$4.996.273,98 para pagamento em 12 parcelas mensais. Este valor esta sendo renegociado junto a Rio Grande Energia – RGE e sendo atualizado pelo IGPM.

7.15.5 – Passivo Regulatório (Efeito Financeiro Res. 246/06):

Efeito Financeiro Res 243/06 (Bolha Financeira) – refere-se a aplicação do Art. 5º da Res. Normativa 243/2006 da Aneel, que por sua vez foi editado para retificar as tarifas fixadas pela REN 2006/2005, porquanto verificou-se que essa metodologia estava em desacordo com o Dec. 4541//02, que previa a possibilidade de aplicação de desconto na TUSD, mas não na tarifa de energia – TE, devendo esta corresponder ao custo médio de compra de energia da Supridora. No caso da Eletrocar esta implementação foi deferida para minimizar o impacto tarifário, já sendo incluído na tarifa o correspondente a 70% de 2012 a 2014 do passivo.

Conforme REH 1745 de 24/06/14 Art. 10º, parágrafo único o saldo remanescente é de R\$6.285.758,94, que será analisada a viabilidade de repasse na tarifa nos processos tarifários subsequentes. Este valor esta sendo atualizado pelo IGPM.

7.15.6 – Provisões Passivas:

Contingências	2014		2013	
	Provisão	Dep.Judicial	Provisão	Dep.Judicial
Trabalhistas	415	104	300	76
Cíveis	425	0	400	0
Total	840	104	700	76

- Contingências Trabalhistas - Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex- empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, verbas rescisórias e outras.

- Contingências Cíveis - Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente e outras.

- Contingências Regulatórias - Não Provisionadas - A Companhia foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

7.16 – Patrimônio Líquido

7.16.1 – Capital Social

Composição Acionistas	Espécie	Nº Ações		Capital Social R\$	%
		2014	2013		
Prefeitura M. de Carazinho	ON	1.442.100	1.442.100	7.368.624,57	94,5680
Roberto Neves Rodrigues	ON	15.400	15.400	80.517,22	1,0099
Prefeitura M. de Chapada	ON	34.041	34.041	177.634,86	2,2323
Prefeitura M. de Selbach	ON	12.386	12.386	64.829,94	0,8122
Prefeitura M. de Colorado	ON	86	86	467,97	0,0056
Diversos	PN	20.922	20.922	607.925,44	1,3720
Total	//////	1.524.935	1.524.935	8.300.000,00	100,000

• O valor Patrimonial de cada ação em 31/12/14 é de R\$22,91 e R\$21,58 em 31/12/13

7.16.2 – Reserva de Capital

Constituída com base no calculo da remuneração do capital próprio (JOA) sobre as imobilizações em curso.

7.16.3 – Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ajustes de Avaliação Patrimonial foram constituídos de acordo com a Res. 396/10 da Aneel tendo como base o Laudo da Base de Remuneração-BRR de 31/03/2013 ajustado para 2014.

Avaliação Laudo	2014	2013
V o c	63.723	64.987
Depreciação	33.577	-34.648
Total	30.146	30.339

7.16.4 – Reserva de Lucros

Constituída com saldo de lucros acumulados, ficando a disposição para deliberação da Assembleia Geral a sua utilização.

7.16.4.1 – Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social.

7.17 – Prejuízos Acumulados

Composição	2014	Saldo
2012	(3.734)	(3.734)
2013	(2.728)	(6.462)
2014	2.365	(4.097)
Amortização com reservas	564	(3.533)

7.18 – Efeitos Tributários no Resultado do Exercício

	2014	2013
Lucro/Prejuízo do Exercício	- 2.365	- 2.728
+ Despesas Indedutíveis	1	5
+ Provisões	6.131	476
- Reversão de Provisões	- 5.948	- 202
- Outras Reversões	3.000	0
Base de Calculo IR	- 451	- 2.449
Imposto de Renda	0	0
Contribuição Social	0	0
(-) Deduções Incentivos Fiscais	0	0
Total Tributos a recolher	0	0

7.19 – Fornecimento de Energia Elétrica

Receita de energia elétrica por classe de consumo:

Classes	Nº Consumidores		MWh		Reais	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Fornecimento Faturado:						
Residencial	27.589	26.976	59.237	54.437	30.888	26.207
Industrial	214	207	41.757	40.735	14.390	12.187
Comercial	3.659	3.628	44.033	40.607	20.746	17.045
Rural	3.883	3.827	20.721	19.378	5.713	4.744
Poder Público	328	327	4.462	4.165	2.122	1.765
Iluminação Pública	9	9	8.638	8.546	2.325	2.066
Serviço Público	20	17	5.139	5.031	1.634	1.354
Consumo Próprio	9	9	228	211	-	-
Receita Faturada E.Elétrica	35.711	35.000	184.215	173.110	77.818	65.368
Não Faturado	-	-	-	-	201	- 136
Excedente Reativos/Ultrapassagem	-	-	-	-	- 543	- 169
Receita de Construção	-	-	-	-	7.880	21.081
Subsídios Tarifários	-	-	-	-	4.231	3.511
Receita de Compensação Tarifária	-	-	-	-	974	-1.152
Outras Receitas	-	-	-	-	4.300	1.756
Receita Operacional Bruta	-	-	-	-	94.861	90.259

- **Receitas de fornecimento de energia elétrica** são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.
- **Receita não faturada**, correspondente ao período não lido é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

• **Receita de Construção**, O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão). A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

• **Excedentes de Reativos e Ultrapassagem de Demanda**, conforme Res 463 de 22/11/11, submódulo 2.7 – Outras Receitas, as receitas auferidas com a ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais.

7.20 – Deduções a Receita Operacional

7.20.1 Impostos

Impostos	2014	2013
Icms	16.828	14.116
Cofins	6.044	5.056
Pis/Pasep	1.303	1.098
Iss	15	15
Total	24.190	20.285

7.20.2 Encargos do Consumidor

Encargos do Consumidor	2014	2013
Reserva Global de reversão – RGR	0	23
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	810	475
Conta de Consumo de Combustível - CCC	0	101
Programa de Eficiência Energética	262	220
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	287	220
Total	1.359	1.039
Total das Deduções	25.549	21.324

7.21 – Outras Receitas

Receitas	2014	2013
Subvenção Baixa Renda	441	509
Renda da prestação de serviços	1	1
Serviço Taxado	210	207
Aluguéis	458	379
Lucro na Alienação/Desativação	2.993	268
Outras	197	111
Total	4.300	1.475

7.22 – Energia Elétrica Comprada para Revenda

Custos com Energia	Em MWH		Em R\$	
	2014	2013	2014	2013
Energia Comprada	178.076	166.232	31.437	24.947
Demanda	-	-	902	2.603
Encargos de Uso da Rede	-	-	2.256	1.627
Proinfa	-	-	1.107	1.012
Bolha Financeira	-	-	5.641	3.189
Custo de Construção	-	-	7.880	21.081
(-) Créditos Pis/Cofins	-	-	- 3.957	- 2.818
Custo total	166.232	167.345	45.266	51.641

7.23 – Despesas

7.23.1 - Despesas por Natureza de Gastos

(somatório das despesas com Custo de Energia + Despesas com Vendas + Despesas Administrativas)

Natureza	2014	2013
Pessoal – Empregados	9.797	9.381
Administradores	705	686
Material	635	573
Serviço de Terceiros	2.015	2.011
Custo com Energia Comprada	37.386	30.560
Custo de Construção Infraestrutura	7.880	21.059
Taxa de Fiscalização	102	93
Depreciação/Amortização	1.962	1.440
Impostos e Taxas	54	58
Outras Despesas	1.552	892
Provisões/Reversões	183	274
Baixa bens ativo	285	62
Total	62.535	67.067

7.23.2 - Despesas Operacionais

7.23.2.1 Despesas com Vendas

Despesas com Vendas	2014	2013
Pessoal – Empregados	953	851
Administradores	94	86
Material	89	116
Serviço de Terceiros	614	594
Depreciação/Amortização	43	17
Impostos e Taxas	12	13
Outras Despesas	176	156
Provisões/Reversões	- 172	253
Total	1.809	2.086

7.23.2.2 - Despesas Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas	2014	2013
Pessoal – Empregados	2.398	2.356
Administradores	479	477
Material	65	62
Serviço de Terceiros	816	824
Depreciação/Amortização	218	235
Taxa de Fiscalização	102	93
Impostos e Taxas	20	17
Outras Despesas	1.042	431
Provisões/Reversões	355	21
Total	5.495	4.516

7.24 – Receitas Financeiras

Receitas	2014	2013
Rendimentos de Aplicações Financeiras	12	35
Acréscimos Moratórios Contas Energia	927	624
Juros de Títulos a Receber	90	43
Outras	680	82
Total	1.709	784

7.25 – Despesas Financeiras

Despesas	2014	2013
Encargos de Dívidas	2.424	1.702
Juros Bancários/Iof	2.999	2.204
Juros e Multas	305	1.807
Multas Dic/Fic/Dicri	530	258
Transferências para Ordens em Curso	- 334	- 656
Outras	197	42
Total	6.121	5.357

7.26 – Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão cobertos por apólices de seguros, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades.

Bens Segurados	R\$	Início	Término
Instalações e Equipamentos	23.980.000,00	16/08/14	16/08/15
Risco principal - Incêndios, Raios, Explosões		-	-
- Danos Elétricos	2.377.000,00	-	-
- Vendaval/Fumaça	2.925.000,00	-	-
Automóveis	Vlr mercado	2014	2015

7.27 – Participação de Resultados

Consta em cláusula de dissídio coletivo, porém ainda não foi implantado o programa de participação dos empregados nos resultados da empresa.

7.28 – Instrumentos Financeiros

Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/14-13 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados em 31/12/14-13.

7.29 – Alíquotas Pis/Cofins

Até junho de 2005 as alíquotas de Pis/Cofins eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor pela alíquota efetiva.

7.30 – Transações com Partes Relacionadas

A empresa tem transações com partes relacionadas principalmente em função da sua atividade, que é o fornecimento de energia elétrica. Com o acionista controlador a empresa tem créditos a receber de operação de alienação de um imóvel no valor de R\$3.000.000,00 em parcelas a receber de 2015 a 2017.

7.31 – Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

As concessionárias de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente 1% da receita operacional líquida conforme Resolução Normativa 233/06 em programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. A Resolução 176/05 determina o provisionamento contábil pelo regime contábil de competência bem como atualização pela taxa Selic dos saldos não aplicados. Os valores a serem aplicados são registrados no passivo e os gastos efetivos no ativo, quando da conclusão do projeto é feito o encontro de contas e o saldo aplicado a menor é transferido para o ciclo seguinte. Os valores do FNDTC e MME são recolhidos mensalmente à estes órgãos.

	2014			2013		
	Provisionado (211)	Aplicado (112)	Líquido	Provisionado (211)	Aplicado (112)	Líquido
FNDTC	21	0	21	15	0	15
MME	11	0	11	8	0	8
P&D	1.296	644	652	1.101	416	685
PEE	2.876	618	2.258	2.366	492	1.874
Total	4.204	1.262	2.942	3.490	908	2.582

7.32 – Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembleia Geral.

7.33 – Plano de Previdência e Outros Benefícios aos Empregados

A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida, incentivo educacional, auxílio acidente trabalho.

7.34 – Questões Ambientais

A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as consequências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais.

Nas áreas de usinas e barragens, a empresa está desenvolvendo ações de monitoramento da qualidade da água e programas de conservação e vegetação das margens dos reservatórios através da implantação de Área de Preservação Permanente.

7.35 – Análise Econômico-Financeira - (valores em R\$ mil)

Destacamos abaixo alguns dos resultados econômico-financeiros da Eletrocar no término do exercício 2014:

Receita Operacional Bruta Anual: A receita operacional foi de R\$94.861 sendo 5,10% superior a 2013 que foi de R\$90.259. A receita de Fornecimento de Energia Elétrica foi de R\$77.476 contra R\$65.063 em 2013, sendo 19,08% superior a 2013.

Despesas com Pessoal e Administradores: As despesas com pessoal em 2014 foram de R\$10.502 e em 2013 foi de R\$10.067 tendo uma variação de 4,33%.

Custos com Energia Elétrica: Os custos com energia elétrica foram de R\$37.386 em 2014 e R\$30.560 em 2013, tendo um aumento de 22,34%.

A compra de energia para revenda foi de R\$32.339 em 2014 e de R\$27.550 em 2013, tendo uma variação de 17,38%.

O Proinfra teve um aumento de 9,34%sendo R\$1.107 em 2014 e R\$1.012 em 2013.

Os Encargos de Uso do Sistema e Conexão foram de R\$2.256 em 2014 e R\$1.627 em 2013, tendo uma variação de 38,63%.

Efeitos Financeiros da Res. 243/06 (bolha financeira) em 2014 foi de R\$5.641 e em 2013 de R\$3.189 tendo uma variação de 76,89%.

Icms s/Faturamento Energia Elétrica: O Icms faturado foi de R\$16.828 em 2014 e de R\$14.116 em 2013, tendo uma redução de 19,21%.

Deduções a Receita exceto Icms: As deduções a receita foram de R\$8.721 em 2014 e R\$7.208 em 2013 tendo um aumento de 21,00%.

Demais Despesas Operacionais: As demais despesas operacionais, exceto depreciações, foram de R\$4.881 em 2014 e R\$4.035 em 2013 tendo um aumento de 15,36%.

Receita Financeira: As receitas financeiras atingiram o valor de R\$1.709 em 2014 e R\$783 em 2013 tendo uma variação de 118,18%.

Despesas Financeiras: As despesas financeiras foram de R\$6.121 em 2014 e R\$5.358 em 2013, tendo um a variação de 14,26%.

Lucro Ajustado para Dividendo: Não houve lucro nos exercícios.

Lucro Operacional da Atividade: O lucro operacional da atividade foi de R\$6.777 em 2014 e de R\$1.846 em 2013.

EBITDA: Lucro da Atividade excluída as depreciações, em 2014 foi de R\$8.739 e em 2013 de R\$3.286.

Capital Circulante Líquido: O Capital Circulante Líquido foi de R\$(7.830) em 2014 e R\$(10.317) em 2013.

Lucro Líquido do Exercício: O Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício foi de R\$2.365 em 2014 e R\$(2.728) em 2013.

Indicadores Econômico-Financeiros

Coeficiente	Formula	Unid	2014	2013
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	0,06	0,04
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	0,80	0,67
Liquidez Geral	$\frac{\text{A.Circ.} + \text{Realiz L/P}}{\text{P.Circ.} + \text{Exig. L/P}}$	%	0,46	0,30
Endividamento total	$\frac{\text{Exigibilidades Total}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,68	0,65
Retorno do Capital	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	%	0,07	(0,08)
Razão Operacional	$\frac{\text{Despesa Operacional}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,90	0,97
Capital Fixo Aplicado	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,69	0,80
Despesa Pessoal x Receita Líquida	$\frac{\text{Despesa Pessoal}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,16	0,21
Energia Comprada x Receita Líquida	$\frac{\text{Compra Energia}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,57	0,62
Capital de Giro	$\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$	R\$	(6.453)	(8.483)
Lucro Operacional Atividade	-	R\$	3.480	1.710
Juros s/Capital Próprio	-	R\$	0	0
EBITDA	$\text{Lucro Exercício} + \text{Depreciação}$	R\$	8.076	3.286
Lucro Líquido/Prejuízo	-	R\$	2.365	(2.728)

7.36 – Eventos Subsequentes

7.36.1 - Bandeiras Tarifárias

O Decreto no 8401/2015 estabelece que as bandeiras tarifárias deverão considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

A ANEEL, por meio da Nota Técnica no 28 de 05 de fevereiro de 2015, regulamenta que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição deverão ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sendo repassados pela CCEE aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e as receitas obtidas conforme cobertura tarifária vigente.

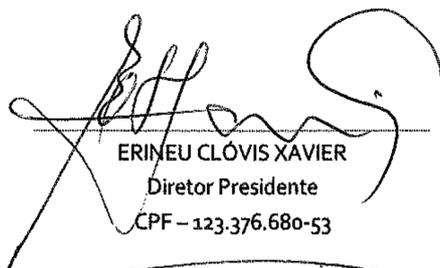
7.36.2 - Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL autorizou os índices de reajuste da tarifa referentes à RTE, para 58 concessionárias em todo o País. Os novos valores tarifários começaram a vigorar a partir de 2 de março e variam conforme a realidade de cada distribuidora.

A RTE está prevista no Contrato de Concessão de Distribuição e na Lei Geral das Concessões e é o mecanismo utilizado para promover o equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias diante de custos extras, quando não previstos nos processos ordinários de reajuste e, portanto, sem previsão de cobertura tarifária.

Para os clientes da Eletrocar, o Índice de Reposicionamento Tarifário a ser aplicado tem efeito médio de 27,2%,

Carazinho, 31 de dezembro de 2014



ERINEU CLÓVIS XAVIER
Diretor Presidente
CPF – 123.376.680-53



EUGÊNIO LEONARDO VIEIRA GRANDÓ
Diretor Adm./Financeiro
CPF – 759.507.580-72



JOELSON CARLOS PIAZZA BRINGENTI
Diretor Técnico
CPF – 258.960.830-68



JOSÉ ROBERTO LINCK
Diretor Comercial
CPF – 288.568.300-78



RUI LUIZ TOSO
Contador – CRC/RS 40.629
CPF – 273.968.430-49

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmo. Srs. Acionista, Conselheiros e Diretores da
CENTRAISELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR

Examinamos as demonstrações contábeis da companhia **CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas Demonstração do Resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da empresa CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Outros assuntos

Auditoria de Valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2013, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores que emitiram relatório em 07 de abril de 2014, sem modificação na opinião.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Carazinho, RS, 20 de março de 2015.

MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS 005460/O-0
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC RS 71.505

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC RS 65.932
Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL

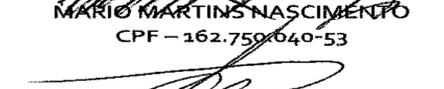
Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S.A., dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Demais Demonstrativos Contábeis bem como as Notas Explicativas, e fundamentados nos exames periódicos realizados durante o exercício e com base nos pareceres dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 13 de abril de 2015


 CARLA HILLEBRAND
 CPF – 965.055.830-68


 MARIO MARTINS NASCIMENTO
 CPF – 162.750.640-53


 PEDRO LADEMIR TEIXEIRA
 CPF – 274.071.600-15


 WERNER GERHARDT KARL SCHUTZ
 CPF – 013.116.380-91

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Carazinho S/A - Eletrocar no uso das atribuições legais e estatutárias e fundamentados nos exames periódicos realizados durante o exercício e tendo como base os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2014**, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 13 de abril de 2015


 ERINEU CLÓVIS XAVIER
 Presidente
 CPF – 123.376.680-53


 DÉCIO AIRTON JOST
 Vice-Presidente
 CPF – 347.337.280-34


 TARCÍSIO EMILIO MULLER
 Conselheiro
 CPF – 194.367.850-20